

Degração Audiência Pública 11.08.26 RIVI MORADA DO SOL

Empreendedor: EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO MORADA DO SOL SPE S.A.

Empresa responsável pelo estudo: CADMO Engenharia

Legenda:

(hh:mm:ss): Tempo da fala.

(...): Trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): Palavra ou trecho sem compreensão.

*(!): dúvida na transcrição

Expressão(?) dúvida no entendimento escrito

(00:03:30) Sra Natália Almeida

Olá pessoal, boa noite a todas e todos os presentes aqui na nossa audiência pública. Hoje estamos aqui falando diretamente do Centro de Práticas Sustentáveis do Brasília Ambiental. Estamos em casa e gostaria de primeiramente agradecer a presença de todos e dizer mais uma vez esse compromisso do Brasília Ambiental em apresentar os empreendimentos que a gente tem aqui para licenciado a melhor forma possível através da realização das audiências públicas. Então sejam todos muito bem-vindos. Bom. Hoje nós vamos discutir o Relatório de Impacto de Vizinhança do Parcelamento de Solo, denominado Morada do Sol. Ele fica localizado na Fazenda Santa Bárbara, na região administrativa do Jardim Botânico, e hoje, no dia onze de agosto de dois mil e vinte e seis, iniciando agora às dezanove horas e trinta minutos, com o encerramento previsto aos vinte e dois horas e trinta minutos, cumprindo assim o nosso tempo regimental. Nesse tempo nós estamos já aqui, com quinze minutos, também de intervalo, que nós vamos avaliar se vamos aí cumprir ou não. E estamos aqui, como eu já falei em nosso endereço e na entrada pessoal se encontra disponível uma lista de presença, tá? A gente pede para que assine para o nosso controle aqui. Bom, vamos ao embasamento da nossa audiência. A gente está de acordo com a Resolução CONAMA número nove de oitenta e sete, Lei Distrital cinquenta e oito um de dois mil e treze, Lei Orgânica do DF Instrução Normativa do Ibram n 11/2024. Vou passar pra leitura dos dados do processo e o número 39100015135202110.

Pessoal, vou pedir uma pausa aqui rapidinho. Eu tô com um pouquinho de desconforto. Só uma pausa, por favor, no nosso áudio.

Então vamos lá. O empreendimento de solo Morada do Sol, localizado na Fazenda Santa Bárbara, na Região Administrativa do Jardim Botânico, Região Administrativa número vinte e sete a vinte e sete Distrito Federal. Tipo de licença Licença prévia. Tipo de atividade Parcelamento do solo urbano. O interessado aqui é um empreendimento imobiliário. Morada do Sol SPE é a empresa responsável pela elaboração do estudo é a CADMO ENGENHARIA.

00;07;33 Sra Natália Almeida

O aviso de publicação da nossa audiência. Ele foi devidamente realizado conforme preconiza e o artigo 5º da Lei 5081/2013 e também nos sites e redes sociais do Brasil Ambiental. Aliás, eu acho que não, né? Em relação a esse ponto, a gente está impedido de fazer a divulgação nas redes sociais, não é isso. É porque esse roteiro aqui a gente estava com base na versão antiga. Então, só fazendo essa ressalva de que de fato não é a publicidade conforme o trâmite da nossa instrução, ele está naquele período eleitoral. Então a nossa publicação, ela fica um pouco diferenciada por conta disso. Vamos lá. Nosso objetivo aqui é apresentar e discutir o Relatório de Impacto de Vizinhança RIVI referente ao empreendimento Morada do Sol colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do processo de licenciamento na forma da nossa legislação. Porque a gente tem nesse procedimento a garantida e a participação e contribuição da

comunidade afetada. E é o caso aqui e daqueles quaisquer que sejam interessados no tema. E é importante relembrar que o processo de licenciamento ambiental para atividade de parcelamento do solo, então são três etapas e é um procedimento que é trifásico. A gente tem LP, que é a licença prévia. LI que a licença de instalação e a LO que a licença de operação. Então a gente está aqui numa das etapas iniciais da licença prévia, que é a primeira onde a gente tem o ateste da viabilidade ambiental. Na licença de instalação, a gente tem autorização propriamente dita para início de obras e na fase de operação a gente tem a conclusão do processo de licenciamento como um todo e a gente tem aí o desfecho, né? O encaminhamento aí de todas as obrigações pactuadas aí na ao longo dos anos. É a essa etapa que a gente está aqui. Não é um fórum ainda de decisão. Então a gente tá aqui, na verdade, para colher sugestões e aprimorar o nosso procedimento. Então não é aqui um momento para gente afirmar se o empreendimento é viável ou que a gente se manifeste acerca da sua completa viabilidade. Bom, essa aqui está sendo presencial, com transmissão ao vivo no nosso canal do YouTube, então a gente tem aqui preferencialmente as contribuições orais em ordem de prioridade e depois as contribuições que cheguem eventualmente pelos nossos canais. Esse vídeo ele fica salvo na nossa, no nosso canal do YouTube, o canal do Brasília Ambiental. Então fica. Fica aqui salvo para quem quiser assistir depois, posteriormente. E a gente também disponibiliza o chat do nosso, do nosso vídeo para interação aqui dos participantes. Mas ele não é considerado um canal efetivo de contribuições oficiais. Aí tá bom. E essas contribuições, via de regra, a gente solicita que sejam feitas através do formulário que está descrito na que está na descrição do vídeo. O link está lá. A gente também pede para que essas contribuições, na medida do possível, para aqueles que estão aqui presentes, sejam feitas de maneira oral, de forma clara, onde a pessoa se apresente. Informe se ela representa alguma entidade, alguma instituição. Isso é importante também para definição do tempo de fala para aqueles que representam alguma entidade o tempo e 5 minutos e para aquele que não representa 3 minutos e o formulário também. A gente pede que para quem vai preencher e fazer o envio da sua contribuição também registre o seu nome completo e também se representa alguma entidade. A gente pede para que essas manifestações sejam sempre claras, objetivas e se atenham, na medida do possível, ao tema da nossa audiência, que são os impactos ambientais e as medidas mitigadoras aí do projeto.

É uma pausa aqui, pessoal, rapidinho.

Bom, como eu já tinha falado a respeito do tempo dedicado, 5 minutos ou 3 minutos a depender de se representar alguma entidade e mais o nosso tempo de contribuição de acolhimento dessas contribuições. Ele é de dar até dez dias a contar da data de hoje. Então esse. Esse vídeo fica disponível no nosso site e você pode fazer as suas contribuições no prazo corrido de até dez dias a contar da data de hoje através dos nossos e-mails sulan@ibram.df.gov.br ou licenciamento.ibram@gmail.com. E esse esses questionamentos eles serão respondidos ao longo dos dias que se sucedem aí e eles vão também fazer parte da ata completa da audiência. Essa ata completa ela vai ser disponibilizada em até trinta dias a contar da data de hoje. Como eu já havia informado anteriormente, esse vídeo ficando disponível aqui, vocês podem assistir em outro momento, transmitir aí em outros canais, mas a contribuição fica restrita ao prazo de dez dias e outros. Enfim, outras informações da nossa audiência. Os outros regulamentos, outras especificidades vocês podem consultar no site do Brasília Ambiental e lá tem todo o detalhamento desse regulamento. A nossa audiência é dividida em 4 blocos. Esse bloco inicial de abertura, com a leitura do nosso regimento, do nosso regramento e depois o segundo momento, a exposição técnica onde a Cadmo Engenharia, que vai fazer a sua exposição do que foi elaborado para o empreendimento, destacando os impactos ambientais, destacando quais são as medidas mitigadoras, enfim, o resumo do estudo ambiental. No terceiro momento a gente vai ter aí a apresentação e as respostas das contribuições que chegarem das perguntas. E por último, a gente tem o fechamento encerramento da nossa audiência, que tem um horário previsto de terminar até às 22h30h. Lembrando que esse tempo já tem dentro dele os 15 minutos de

intervalo entre a nossa exposição técnica e o momento de responder perguntas e a gente achar que pode passar esses 15 minutos ou seja, a gente não vai fazer uso do intervalo, a gente verifica mais para frente e faz uma avaliação aqui em conjunto com os presentes, tá? Então pessoal, eu vou encerrando essa fala inicial. Gostaria de agradecer mais uma vez a todos pedir desculpas aí por um eventual probleminha aí na nossa apresentação, sobretudo da minha parte aqui. Mas hoje realmente não está um dia muito confortável para mim para fazer a apresentação. Peço desculpas antecipadamente por isso, mas vamos seguir adiante. A gente vai passando a palavra então para o João e você João, que vai fazer a apresentação e tá certo, já microfone tudo direitinho. Então eu desejo João para você uma excelente apresentação, que todas e todos aqui essa noite saiam daqui com as suas dúvidas sanadas. Que a gente consiga de fato percorrer todos os impactos ambientais, todo o contexto aqui do empreendimento e, sobretudo, que a gente consiga cumprir com o objetivo do licenciamento ambiental. E é fazer do empreendimento a sua melhor versão possível naquilo que diz respeito aos impactos ambientais que a gente está falando aqui. Basicamente, de todas, toda a sociedade e todos nós. Então, mais uma vez, agradecer, desejar uma boa apresentação e boa audiência para todo mundo. Obrigada.

00:16:39 João Batista

Boa noite! Gostaria de agradecer a presença de todos. Toda a comunidade Natália, Superintendente de licenciamento, toda a equipe do IBRAM aqui presente, todas as pessoas que se disponibilizaram, momento para estar aqui. Participar dessa audiência faz parte do rito do licenciamento. Eu vou pedir licença para descer aqui na baixo para poder expor pouco melhor. Me sinto mais à vontade, um pouco mais livre. Vamos lá? Nessa apresentação eu vou fazer os aspectos introdutórios. Na sequência, o engenheiro Alexandre Toledo, nosso gerente de projetos da Academia Engenharia e na sequência, o Erivelton vai falar sobre a parte de urbanismo, a parte de engenharia e eu vou concluir os detalhes do da parte de impactos e programas ambientais do empreendimento. Primeiro, apenas para contextualizar o empreendedor é a SPE Morada do Sol Rendimento imobiliário que foi constituída exatamente para realizar esse empreendimento. CADMO Engenharia, empresa responsável pela elaboração dos estudos e projetos ambientais e a ARIA Engenharia. A empresa responsável pela elaboração do do projeto urbanístico e das concepções de infraestrutura. Como? Como já na parte de estudos não é elaborado por uma única pessoa, participam uma equipe técnica multidisciplinar, Nessa equipe a gente tem aqui responsável pela área de meio meio biótico, meio socioeconômico, meio físico e uma equipe multidisciplinar. E constitui pequenas partes e se junta para poder constituir o estudo até a conclusão de todo o RIVI. A parte de urbanismo e a parte de estrutura. Então é uma equipe multidisciplinar, com várias temáticas, várias especialidades, que constitui o componente completo e o estudo ambiental. Para desenvolver o Estudo. O licenciamento ele inicia no Ibram. Paralelamente, existem outros processos de outros órgãos e concessionárias, como Novacap e a DASA e IPHAN. Então é tramitando e todo esses processos acessórios fazem parte para integrar processo de licenciamento. É importante destacar que hoje estamos na fase da licença prévia, o que significa licença prévia pelo próprio nome e os estudos iniciais. Estudos preliminares, que avalia a viabilidade ambiental do empreendimento. E nessa fase, nós apresentamos o estudo ambiental ao órgão ambiental e apresentamos o estudo para a comunidade, para a população. Nesse que o empreendimento ele está inserido o parcelamento de solo. Esse empreendimento. Ele está situado no Jardim Botânico. Por isso que nós estamos aqui reunido nessa região administrativa. Depois que avança a licença prévia, segue se para a licença de instalação, depois da emissão dessa licença e segue o rito de licenciamento. É um empreendimento. Ele está localizado na região administrativa do Jardim Botânico. É uma área que possui quarenta e três hectares, trinta hectares. É a área parcelada do empreendimento e oito vírgula seis hectares, que são as áreas protegidas por grotas, vinte e três por cento

as áreas públicas e esse empreendimento. Ele vai resultar em aproximadamente seiscentos unidades imobiliárias autônomas. O empreendimento Ele constitui várias matrículas, as matrículas, todas registradas em nome da SPE e constitui o somatório de 43 hectares. O empreendimento está próximo da DF140 nas suas proximidades e com acesso pela Vicinal 467. Então aqui há aqui a DF 140 ta. Então a gente conecta até VC 467, o empreendimento onde o empreendimento está localizado. Então o empreendimento ele é destinado unicamente para unidades imobiliárias e essas áreas. Na constituição do parcelamento será criado áreas públicas em forma de EPU, que são os equipamentos de uso livre, que são praças e EPU, que são os equipamentos públicos urbanos e EP que são equipamentos públicos e institucionais, fora as áreas verdes que vão constituir e as áreas de sistema de circulação. O empreendimento ele está. Ele está dentro da APA, inserido na APA do Planalto Central, tá no de uso sustentável e não existe incompatibilizar incompatibilidade com com o Plano de Manejo da APA do Planalto Central, desde que atendendo a questões de permeabilidade. Então, como comentado, não há incompatibilidade com o parcelamento de solo com a APA do Planalto Central que a zona de o sustentável que ele está inserido. Dentro dessa zona. Ele define alguns critérios com relação a permeabilidade, a questão da disciplinar, a questão do uso do solo. Então tem por conta das suas diretrizes de ocupação e consiste os princípios de desenvolvimento sustentável. E essa zona é dominam atividades produtivas, né? Para que se possa desenvolver ela tem que ser compatível com o uso da parte do licenciado, do empreendimento com com a APA do Planalto Central. E quanto ao Plano Diretor, ele está dentro da zona urbana de expansão e qualificação. Tá, então ele está dentro de uma zona urbana que permite essa atividade. A área não pertence ao patrimônio da TERRACAP e no Zoneamento Ecológico Econômico. A parte do ZE Na parte econômica ele está inserido na diversificação produtiva e serviços ecossistema na zona da diversificação produtiva e de serviços. Então essa zona ela permite a atividade desenvolvimento de atividades econômicas e produtivas pelo próprio nome, mas deve ser Deve ser buscado a manutenção da recarga dos aquíferos e controle de contaminação de águas superficiais, principalmente a questão de processos erosivos. E deve ser preservados os corredores ecológicos para que tenha uma continuidade da fauna existente. Então, aqui no mapa de risco e o empreendimento, ele se encontra na parte de recarga, muito baixo e médio, tá na sua suscetibilidade a perda de solo. Ele está inserido uma parte A na baixo médio e a outra parte no muito alto. Na parte de contaminação. Ele está em três zonas a muito baixo, médio e alto e na perda de áreas remanescentes Cerrado. Ele tá na zona médio, então quando a gente tem a integração de todos esses, esses riscos ecológicos, aí é calculado e definido no próprio zoneamento. O risco, no caso inserida, que é o risco alto ou muito alto e ocorre em sessenta por cento do território do Distrito Federal. Em virtude desse risco que ele está inserido, nós temos que priorizar ações de mitigação, principalmente com relação a processos vivos e recuperação e recomposição. Paisagista faz agir. Então aqui são os fatores de risco contaminação do subsolo, perda de áreas remanescentes de cerrado nativo, perdas do solo por erosão e perdas das áreas de recarga por aquífero. Eu vou convidar aqui o Alexandre, ele poder apresentar a parte de diagnóstico. Na sequência o Ele e o Erivelton vai apresentar sobre o urbanismo.

00:26:56 Alexandre Toledo

Boa noite pessoal, Meu nome é Alexandre Toledo, sou o gerente de projetos da Engenharia, o engenheiro Florestal. Também fiquei responsável por essa parte do diagnóstico ambiental. Tá bom? Então pra gente iniciar aqui é uma foto de como está a situação atual da área. Tá bom, São duas fotos de registros que tem de dois mil e vinte e dois para a gente ter uma noção de como que a área, a conservação como que está o. Desde dois mil e dois foi iniciado o nosso estudo no quesito ambiental. O primeiro item que a gente quer falar é a análise multi temporal, para a gente poder entender exatamente no longo dos últimos vinte anos como estava. Por quê? Esse é o primeiro item que a gente tem que entender o Marco Legal Florestal, que é o marco legal, que tem um característica, né? A gente embasar todo o nosso estudo para a gente poder

entender os efeitos que teve desde este marco que em dois mil e oito. Então, ao longo de 2008 e 2026, o longo desses 18 anos, a gente consegue observar ali, na figura que tem uma semelhança da área, não teve tanta diferença em si de como estava antigamente e manteve sua estrutura de forma uniforme. Tá. No próximo slide a gente consegue ver melhor. Não sei se vai dar para eu poder perceber muito bem, mas a gente consegue ver um adensamento da vegetação, principalmente nessas áreas onde tem cerrado. Um remanescente de cerrado. É uma área que tinha teor agrícola antes de dois mil e três. A gente não tem os registros antes desse período, mas é o suficiente para a gente conseguir conservar como que está o Estado, como é o entendimento, seguindo principalmente os riscos ecológicos já citados? Então, o primeiro item que a gente vai falar o diagnóstico do meio físico, o meio físico e o que a gente vai deliberar, principalmente da questão do processo ser o tipo de solo e como isso afecta a um empreendimento em si. Tá, As áreas de influências definidas para o meio físico, compreende? Três que é a área ADA, AID. e AI ADA é a área diretamente afetada AIB, a área de Influência Direta. E aí a área de influência indireta ADA compreende o limite AIB compreende o limite mais um buffer de duzentos e quarenta metros, então são áreas que vai ter um impacto direto em questão de obra. Em questão de movimentação de solo, onde que vai ter carregamento de processos erosivos de água e aí a micro bacia do córrego, que é exatamente para onde que essa água com resíduos ou demais itens com estar com está indo, é só importante destacar essa área de influência, ela estar diferente para cada meio, para a gente poder entender qual a influência dele tá no quesito meio biótico. São esses, Então o primeiro item que a gente vai falar é questão da geomorfologia, para a gente poder entender como que é o terreno. O terreno é caracterizado pelo vale dissecado. Esse termo é basicamente para a gente falar que é uma área que sofreu o processo erosivos ao longo de muitos milhares de anos e eles surgiu. Ela criou esse sistema e tem esse termo de vale dissecado, e isso gera diretamente com os próximos itens a geologia. Ela está dentro do morfologia do filitos, é o topo do Grupo Bambuí. A partir do empreendimento em si, Ada está dentro do grupo filitos. E é exatamente essa correlação com o vale dissecado. É o tipo de solo e vamos ver nos próximo item. A penúltima. Ela foi realizada de forma direta em campo, então dá para poder ver uma mancha como está, diferentes tipos de solos. Então a gente tem um cambissolo, latossolo amarelo lá, solo vermelho e um neo solo. Esses quatro tipos de solos, eles estão presente ali dentro área. Isso está literalmente ligado com a A, os últimos vales secado e demais itens. E como resultante disso, temos a hidrogeologia, que a gente tem essa característica exatamente igual onde está o solo, Então ele está caracterizado no sistema Canastra e Sistema Bambuí e no sistema P um e P4 do domínio poroso. Esses termos são são exatamente. Eles são definidos baseados no processo erosivo. Isso afeta diversos itens, principalmente no quesito infraestrutura, para definir qual a melhor, melhor infraestrutura ser implantada no empreendimento. Então, seguindo isso, a gente tem a classe de predominância do relevo, seguindo o vale do secado, já que é o tipo de solo predominante a maior parte do empreendimento, ele está em plano a ondulado. Esse plano ondulado é onde que a gente considera como uma aptidão urbana essa aptidão humana. Exatamente. São os locais onde que a gente vai ter um melhor desenvolvimento do empreendimento do que em outras áreas que tem o forte ondulado e o montanhoso, o montanhoso e a preservação, né? 45 e 7%. Então, essa parte aqui de baixo do terreno são as áreas principalmente das grotas e onde tem o córrego, que são áreas que são devem ser preservadas não somente por conta do tipo de solo e sua declividade, mas também da localização em relação a sua vegetação. Então, maior parte do terreno está em plano ondulado, que é o que é define as nossas nossos objetivos para a infraestrutura. Dentro disso, a gente também tem a sustentabilidade erosão, conforme João já comentou no primeiro primeiro, primeira parte da apresentação, ela está conectada a diversos fatores em relação ao ZE e com isso. Esse é o resultado. É uma área onde que quanto mais ondulado vai ter, mais chance de ter suscetibilidade. Erosão a gente consegue. Até ver umas manchinhas mais aqui embaixo, coloridas. E onde que são as grotas? Então isso é o resultado do cruzamento desses dados. Ele é um mapa e tem diversos lados inseridos, por isso que ele fica com essa característica. Mas de qualquer forma, a parte principal que está que está encaixada é a média. Então a suscetibilidade erosão

considerada muito baixa, baixa, média alta é muito alta e a média. O próximo item é o diagnóstico do meio biótico, o meio biótico. A primeira parte que a gente apresenta é a flora. Como a gente pode apresentar aqui também o tipo de cerrado. Então o cerrado é prevalente lá na área. É o cerrado típico. É um cerrado mais natural. Daqui de Brasília. Vou dizer o que tem mais em comum e a gente define igual ao que a gente acabou de comentar no outro slide, que são de ADA e AID e o próprio empreendimento? E AI é a micro bacia do córrego, porque que afeta diretamente a questão de água em questão de absorção do aquífero, recarga de aquífero. E aí, dentro dessa nossa poligonal do empreendimento, a gente tem quatro fisionomias. O que são fisionomias? Fisionomias São a definição do tipo de vegetação que está presente, seguindo a classificação de Ribeiro e Volta, que é o nosso parâmetro de referência bibliográfica. Então a gente tem um campo sujo, cerradão cerrado típico e mata de galeria Não possui. Como diz o próprio nome, são áreas de campo. Cerradão é uma área mais conservada, conservada. Desculpe. É uma área com vegetação mais florestal. Cerrado típico é a floresta, é a savana e a mata de galeria também é a florestal. Em áreas onde tem água, a gente consegue observar que a maior parte é o cerrado típico, que é assim, mais escura. Aqui, então, a predominância do cerrado típico, que é a característica do de Brasília mesmo. Dentro disso, a gente fez o levantamento para poder entender qual o tipo de espécie que tem, qual o tipo de predominância, para poder quantificar isso de diferentes formas, seguindo o termo de referência do Ibram. E a gente definiu um procedimento através de 18 parcelas e foram levantadas através de 1332 indivíduos. E 1332 indivíduos com que usam como parâmetro, não foi encontrado nenhuma espécie ameaçada de extinção, seguindo a portaria do MMA. Dentro disso, a gente tem um resultado, um resultado de mil indivíduos por hectare em uma volumetria de 35,97. Isso é uma estimativa esperada para o Cerrado típico cerrado, tipicamente em torno entre 500 a 1500 indivíduos. Então segue a classificação predominante, a volumetria também as espécies principalmente encontradas decoração de negro, pau, terra grande, jacarandá, cascudo, milho de grilo e peixe. Os nomes científicos também estão presentes aqui. Só para falar dos populares. A outra parte que a gente fez na metodologia foi através de senso. Por que a gente fez censo. O censo é onde? Que áreas onde tem uma vegetação mais rala. Por mais que aqui a gente está vendo vários pontinhos verdes, são várias árvores. A gente entende que essa vegetação, que é onde tem um campo, ela precisa de ter um destaque melhor. Então, essa diferença de entre mil indivíduos da área de parcela para cento e sessenta indivíduos por hectare, então essa diferença, ela é equivalente ao tipo de fisionomia como é a vegetação, o processo de regeneração, seguindo principalmente a questão da evolução temporal da área. Destaques As espécies que são bem semelhantes. A gente tem uma alteração da lobeira e da Língua de Tamandó a. Então, dentro disso, a parte em que a gente tem que destacar bastante é a questão de APP. A APP presente no empreendimento. São dois itens. Tem duas tipologias a pedir nascente e de curso hídrico. A nascente é somente uma aqui no cantinho da Poligonal, onde está destacado que em amarelo é a sua app de curso hídrico. O que isso muda? Diferente da outra aqui, essas áreas onde estão azul claro são as áreas de grotas e chama o nome não é correto canal de escoamento superficial. Então dentro dessa PP a gente tem uma pepita cinquenta metros em volta, nascente em uma parede, trinta metros, que é a do curso hídrico, diferente da da faixa de proteção. A gente tem uma classificação que se altera para poder seguir o preceito da legislação. Então, canal de escoamento superficial, que é uma grotas, é um canal que a água escorre por ela. Ela já tem pelo próprio nome. É um canal de escoamento natural, no qual não tem uma nascente, mas quando chove, a água escorre por ela e o que ela difere de um de um curso hídrico é a proteção definida para ela. Porque? Porque ela é uma área que é um canal que a água está escorrendo. Então, por isso uma preservação. Ela pode ser de forma diferente do que está na própria legislação. A gente já fez o pleito, fez o estudo. Isso é um estudo bem definido para poder seguir, chegar nesse quinze metros. Então ele chega com quinze metros, baseado em estudo complexo, que é uma consulta prévia que a gente já fez ao próprio órgão no qual foi aprovado para poder ser realizado esse quinze metros de proteção nas áreas de canal de escoamento superficial. Lembrando que a vegetação que está lá presente e ainda para conservar e para

poder proteger e diminuir o impacto do processo erosivos e demais impactos. E tem na área. Então, só para deixar claro que a diferença entre um canal de escoamento e um leito regular de um córrego, então esse aqui é destacado em azul claro. Slide A gente consegue ver essa diferença, principalmente os demais. Ela segue as mesmas diretrizes, está em questão de proteção, não afeta nada, só muda a tipologia que é necessário explicar isso, já que ela não é um mapa e sim uma faixa de proteção. A gente tem uma estimativa de app que quinze mil metros quadrados de área de proteção e setenta mil metros quadrados de faixa de proteção no total de oitenta e seis mil e seiscentos metros quadrados preservados que e oito vírgula sessenta e seis hectares. Próximo item que a gente tem é a fauna. Esses são os dois registros que a gente tem na área o mico estrela e o tucano, um dos. Então, seguindo o preceito que a gente comentou, dá e aí ele segue mesmo que a Flora, afinal, eles são semelhantes no quesito do impacto, Então Haddad se mantém a poligonal e aí a bacia do córrego. A fauna. A gente teve um registro de duzentos e vinte e quatro espécies durante o diagnóstico. Esse diagnóstico ele é composto por campanhas, então não estudo simples É um estudo feito no período chuvoso e no período de seca. Dentro disso que foi registrado, são dez espécies endêmicas, duas ameaçadas de extinção consideradas ou tamanduá bandeira, e o lobo guará que foi feito os registros na área onde a gente pode ver que na figura ao lado. Trinta e duas espécies cinegéticas ou visadas para começo legal espécies que são caçadas e que tem uma revisada para isso. Avifauna cento e trinta e seis espécies e fauna Master Fauna invertebrados. A gente tem essa coleção e são. Lembrando que são um estudo complexo. A gente só está apresentando mesmo o resultado que foi encontrado e com o resultado também tem medidas mitigadoras para eles, que serão apresentados no no fim do slide. E serão as medidas de proteção, as medidas de investigação e de como ainda deixar isso como proteger o que está presente, o que foi registrado na área. Próximo item que a gente tem é o diagnóstico meio socioeconômico. Como a gente pode observar também as figuras, a região é uma região de estrada, de terra. O acesso é uma região um tanto uma parte conservada como também isolada da demais áreas. A Diferente das outras áreas, ela tem uma ideia diferente, a da Compreende ainda o limite do empreendimento aí de é o setor habitacional e passa lamento do solo na proximidade. E aí a região administrativa do Jardim Botânico é a que vai ser diretamente pactuada em questão de emprego. Em questão de versus educação, saúde. Então, essa é uma região que a gente tem uma característica de parcelamento solo que estão em desenvolvimento ou que já estão alguns implantados. Então a gente pode ver que na figura ao lado a gente consegue ter uma noção de outros. Parcelamentos estão em desenvolvimento, seguindo as as de que são as diretrizes urbanísticas criadas pela própria Secretaria de Desenvolvimento Humanístico. Então ela cria essas diretrizes. A gente utilizou esse dado para poder mostrar que a região está em desenvolvimento, região está em crescimento e com isso a gente onde a gente coloca o destaque, que é o centro urbano do Jardim Tororó, Centro Urbano, Jardim Botânico da Terra, Cap, e foi aprovado em março. Ele tem uma prevê uma instalação de equipamentos públicos e comunitários na região. Então é o que vai afetar tanto esse empreendimento quanto os demais. Localizado aqui mais acima da poligonal, isso vai afetar diretamente o fornecimento dessas atividades para a população que vai se residir nesse local. O empreendimento está localizado na UPT Leste, que é uma região que está em crescimento do Distrito Federal. Ela é a segunda região com maior taxa média de crescimento. O Jardim Botânico é a segunda região de maior taxa de crescimento, não o UPT Leste. Então a gente tem aqui um valor de taxa média de anual de crescimento de três vírgula um, que é previsto entre dois mil e vinte e cinco e dois mil e trinta. E isso é um destaque bem importante, que é uma região que está crescendo, uma região que vai gerar demanda, que vai precisar cada vez mais demanda. É importante destacar isso e quais são os efeitos para a população que já reside e que vai residir no local e depende dessa, dessa necessidade, desses recursos que precisa de estar disponíveis para a sociedade. Então, a relação de distribuição da população para o sexo com a cidade a gente tem aqui na Região administrativa. Jardim Botânico, quarenta e dois por cento se declara como feminino, quarenta e sete vírgula seis declara como masculino, tendo um destaque principalmente da média de idades, que é trinta e seis vírgula dois

anos. Então, de acordo com a própria próprias diretrizes. Classificado como jovem. A distribuição da população. Quando a gente fala principalmente das classes, a gente tem um destaque, principalmente seguindo essa. Essa faixa de entre quinze e quarenta e quatro anos é o que considera a OMS como público jovem e a influência das faixas entre quarenta e cinco e sessenta. Então, a gente sabe que tem uma população jovem que reside no Jardim Botânico. Ela tem uma, uma, uma defasagem. Como a gente pode observar, ela é influenciada pela população, mais está se tornando idosa a partir de sessenta anos. Então a gente tem que ter essa, essa consequência, a noção qual é o como é que está esse crescimento ao longo da região e como ele mais vai crescer ainda. O rendimento caracterizado pelo Jardim Botânico entre mais de cinco salários mínimos até dez, é o que se destaca. O 32,6% do Jardim Botânico tem essa faixa salarial que representa 13% do Distrito Federal. Então é uma classe desenvolvida. Indo para os quesitos agora de equipamentos comunitários. A gente tem que a gente tem que ter uma noção de como estão os impactos em relação a todos. Então a gente vai apresentar aqui em relação cada um, em cada slide. Em relação a saúde, a região administrativa do Jorge Botânico somente tem duas unidades de saúde Alpha Center, no setor opcional Tororó e nos Jardins Mangueira. Então dentro do Jardim Botânico mesmo só tem as duas mais dentro do raio. E são os raios que a gente define como impacto. E são onde que a população dessa região conseguiria ter um acesso até um limite de cinco km entre cinco, cinco de dez em azul. São seis equipamentos de saúde disponíveis para essa localização do empreendimento. Na educação a gente tem somente uma escola disponível no Jardim Botânico em si, que é o Centro de Ensino Fundamental Jataí. Esse aqui na esquerda, esse ponto verde aqui na esquerda, então dentro do Jardim Botânico e dentro do raio. Na mesma questão que a gente comentou três, cinco, dez km. A gente tem dezoito escolas públicas localizadas nessa região, principalmente localizado no Jardim Mangueira, São Sebastião, então é onde que tem a maior densidade desse tipo de equipamento público. No próximo segurança a gente tem duas unidades na região administrativa, sendo uma o posto comunitário de segurança que está desativado e o segundo é a Complexo de Papuda, que não é não. Ambas não são de atendimento ao público direto, Então ela não não tem a. Ela não atende a necessidade da população que vai atrás. Então, o primeiro Posto comunitário de segurança ou demais equipamento comunitário de segurança está fora da região administrativa do Jardim Botânico. Mas dentro desse raio a gente tem seis equipamentos públicos, que é a mesma coisa dentro da área de São Sebastião, na proximidade, ali onde estamos. Esporte e lazer, a gente também repete esse quesito. Todos estão localizados na mesma região de São Sebastião. Então a gente tem cinquenta e dois equipamentos públicos e não temos nenhum equipamento público na região. A gente destaca o de novo, o que a gente comentou em relação ao setor opcional, o próximo empreendimento que vai ser gerado, que poderia gerar uma nova oferta para a região. Então, a importância disso, a gente destacar essa, essa falta na proximidade, espaços culturais também. São quatro espaços que se encontram num raio de dez quilômetros na proximidade. Não tem só entre os dois fluindo dois ginásios onde são desenvolvidas atividades culturais. Por fim, a gente tem a questão do transporte público e mobilidade, que é muito importante destacar a necessidade do crescimento, a necessidade também do investimento dos demais. Na no quesito também transporte público. Então a gente tem duas paradas no DF, cento e quarenta na proximidade aqui, um pontinho verde. São duas paradas e três paradas na vicinal. E todas elas elas tem ligação ou para a Cidade Ocidental ou para São Sebastião, Barra de Jardim, Botânico. Então a gente só tem quatro linhas de ônibus que atenderia essa população diretamente aqui. Ou ela precisaria de estar pegando ônibus aqui ou aqui na região da 140. Portanto, de destacar que tem essa necessidade também desenvolvimento nessa área. Por fim, a gente só vai deliberar sobre as cartas consultas aqui só para poder mostrar as cartas consultas são as cartas que a gente realiza. Entre entre o órgão e a entre as SEDUH e eu próprio, as autarquias. Então, dentro dessas cartas consultas, ela acaba questionando, perguntando sobre cada item, em cada autarquia. Então, primeiro a gente tem a Terracap, que já foi comentado lá em cima, mas ela responde que o imóvel não pertence ao patrimônio da Terracap. Em relação a NOVACAP, que cuidaria da rede de drenagem de águas pluviais, ela diz que também não existe interferência na rede

pública de águas pluviais, uma vez que não a rede pública de água pluvial. Na região da Caesb a mesma coisa. Não consta interferência com redes implantadas de abastecimento de água e nem esgotamento sanitário, uma vez que não tem. Mas ela cria um termo de viabilidade técnica e será debatido no item de infraestrutura e define as diretrizes para aquela região de como vai ser feito próximo item que a gente tem é o SLU. O SLU ele responde que tem uma possibilidade de atendimento para a região para fazer a coleta de revista de coleta, transporte e destinação final dos resíduos. DR fala que não interfere na faixa de domínio da região. O DETRAN ele só diz que tem um projeto de sinalização viária que deve fazer parte dos atributos de infraestrutura viária. Nos projetos urbanísticos, ele apresenta uma diretriz e deve ser seguida para poder instalar o parcelamento na via externa, na via interna e como que deve ser feito. A NEOENERGIA ela informa que existe uma interferência, que já existe uma rede elétrica existente na local, mas que a viabilidade técnica de fornecimento quando chegar o momento, quando chegar a hora, a série em que é o responsável. Já para a parte interna, mesmo de iluminação pública, ela diz que não tem o que se falar sem interferência de rede para a região, uma vez que não há implantada. Agora eu vou passar para o Erivelton para poder debater sobre o urbanismo e infraestrutura.

00:49:06 Erivelton

É Boa noite. Meu nome é Erivelton, eu sou arquiteto da empres ARIA Empreendimentos Sustentáveis, um dos responsáveis pela parte de urbanismo. Também vou estar apresentando pra vocês a parte de infraestrutura. É só para comentar aqui. Inicialmente que a gente parte de urbanismo. A gente tem esses cinco pontos principais, que são pilares com relação a quando a gente vai fazer projeto e com relação a organização do uso e ocupação do solo, que a gente sempre tem que estar atento quando a gente tá fazendo projeto e propondo, sempre visando uma estruturação viária eficiente para o projeto ou com o uso predominante, predominantemente residencial, para assegurar essa vocação residencial da própria área, a gente tem o intuito de sempre contribuir para a preservação ambiental e melhorar a qualidade de vida daquela região, assim como melhorar a funcionalidade daquela própria região. Para o projeto, a gente sempre leva em consideração duas diretrizes muito importantes que a própria Seduh oferece pra gente. A primeira com relação a de forma geral e a a de DIUR é uma diretriz urbanística, principalmente a 07/2018 é dessa área da região da DF 140. Dentro dessa diretriz, o projeto está inserido predominantemente na zona C e zona de APP a zona C dentro da DIUR ela fala sobre essa de ter usos compatíveis com essa área de proteção do meio ambiente e é sempre prestar atenção com relação às restrições provenientes do processo de licenciamento ambiental e a zona de APP. Ela é uma zona que é total preservação ambiental, então ela pode ser ocupada e DIUR. Também fala sobre essa questão de que para essa área é abaixo de densidade, ela associada a menos intensidade de ocupação do solo. Então a gente conseguir preservar o máximo possível do solo natural também. E ele admite essa questão do parcelamento como formato de condomínio de lotes. ... E a segunda diretriz, que é uma diretriz mais específica que ela fornece especificamente para cada um do tipo de cada um dos projetos dentro do projeto urbanístico dentro da SEDUH, que é a DIUPE 25/2022 e ela traz essas diretrizes, principalmente com relação ao sistema viário e circulação, especificidades sobre o uso do solo, uso, ocupação do solo, sobre a densidade e as áreas públicas. Com relação a sistema viário, a gente tem que ela traduz o que já foi feito falado pelo João anteriormente. Esse acesso pela vicinal VC467. E ela traz também a proposta de uma via de circulação de vizinhança no lado norte, que é aquela via que está acima da poligonal de projeto. E com relação ao uso ocupação do solo a gente tem que reiterando a zona seria zona de APP e a C traz essa questão. Quais são os principais usos que a gente pode ter para o projeto? O projeto. Ele traz os usos de condomínio de lotes, que é o qual, que são aqueles dois lotes maiores. Ali em cinza a gente tem os chapéus, que são esses azuis mais claros ali, que estão relacionados tanto no cruzamento entre a vicinal e a via de circulação de vizinhança. E ali, ao longo da vida de circulação de vizinhança, o lote de EPU's que são voltados para equipamentos públicos, onde são locados, principalmente as bacias de drenagem que a gente tem voltados

para o projeto, que são aqueles azuis mais escuros, o comércio que está entre os dois condomínios e a via que dá acesso para esses dois condomínios, nessas duas poligonais e a a z... são distribuídas principalmente nessas vias de acesso, já que elas têm a característica de trazer um espaço mais qualificado para a população e e as áreas verdes ali embaixo, que são toda a área não que está como preservado dentro da poligonal de projeto. E com relação às áreas públicas que a gente traz em questão de ELUP EPC e apoio que já foi trazido aqui anteriormente, a gente tem que ir para essa área. A gente precisa de pelo menos quinze por cento desse desses usos. Nesses quinze por cento a poligonal a gente está trazendo vinte e três vírgula quarenta e quatro, ou seja, são oito vírgula quarenta e quatro por cento a mais de usos voltados para o intuito público, para trazer também e suprir a demanda que o próprio Alexandre trouxe com relação a usos que podem ter ali de educação, de cultura, de saúde e tudo mais. Então a gente tem esse esse a mais dentro dessa área e aí trazendo pouca informação que o Alexandre já trouxe. A gente tem essa dos usos, a gente tem dois lotes de esse uso. Ele está especificamente ligado a fornecimento dessas seiscentos unidades autônomas distribuídas nesses dois lotes condominiais. A gente tem os três lojas institucionais e o lote de comércio e e principalmente para esse comércio mais local. Com o intuito de trazer essa questão do comércio de múltiplas atividades. Para passar. E com relação ao sistema viário, só para traduzir, aqui a gente tem essa a VC 467 ramificando para dentro do condomínio que dá acesso para esses dois condomínios. E ele, o sistema viário interno, que é um sistema viário que são de vias de baixo impacto. E a gente se fala que são vias de circulação de vizinhança dois onde a gente tem onde também recursos de zona trinta, de diminuição da velocidade, voltados para dentro desses condomínios. Com relação a densidade, a gente tem que a área está toda inserida dentro de uma densidade baixa de quinze a cinquenta habitantes por hectare. Considerando o dado da PDAD/2024 a gente considera 3,02% moradores por domicílio. Então, visando que a gente tem essas seiscentos unidades habitacionais, a gente tem mil oitocentos e doze pessoas, em média, previstas para essa região. Isso equivale a quarenta e três vírgula dezessete por cento e quarenta e três vírgula dezessete habitantes por hectare da densidade. Então, a gente está dentro, abaixo de cinquenta por cento dos permitidos ali para essa região. E aqui. Só para especificar um pouco a questão das áreas públicas 23 e e esses vinte e três calculados dentro da área parcelada do projeto. Aqui ficou um pouco difícil de ler, mas aqui é só especificando que quando a gente vai pegar essa área parcelada, a gente retira tudo que é de tudo, que é de faixa, de domínio, não edificado. E aí a área restante a gente pega dessa área restante. Qual é o percentual que a gente precisa daqueles quinze por cento? E aqui a gente alcançou esses vinte e três vírgula quarenta e quatro por cento e um dos limitadores e fomentadores do projeto é com relação ao fato de que na aba do Planalto Central, dentro das duas, a gente tem um limite de impermeabilização de cinquenta por cento da área. Então a gente tem que garantir que cinquenta por cento da área ela vai ter o teor permeável. Então, com isso, a gente consegue colocar dentro dos lotes, nas áreas públicas, em e considerando os lotes institucionais e as faixas de serviço, a permeabilidade para que no final a gente consiga nesse projeto o valor de cinquenta vírgula oitenta e seis por cento da área sendo permeável. Então, atendendo a essa questão da legislação, falando com relação à infraestrutura, eu vou falar que o Alexandre já trouxe a questão das cartas consultas. Aqui eu vou trazer o que foi previsto mais ou menos de solução para cada uma dessas questões das cartas consultas. Tá falando primeiramente sobre o abastecimento de água? A gente tem no TVT. Que é o Termo de Viabilidade Técnica, que ele traz essas informações tanto do que consta de interferência ou não de fornecimento ou não. E quais são as soluções que a gente pode ter para essa região, para esse projeto. Então a gente traz que não tem. Não consigo ter referência com as redes implantadas de abastecimento e não conta nenhum sistema de abastecimento de água. Para isso, ele traz duas soluções ou interligação com o sistema da Caesb, que ainda está em fase de estudo, então não está implantado. E o segundo, a solução que foi adotada, que é um sistema independente por meio de postos profundos, poços tubulares profundos e. A solução adotada com relação ao esgotamento sanitário, ele também traz que não constitui referência e não consta esgotar projeto de esgotamento sanitário para região para poligonal e traz três opções que a

interligação com o sistema, as soluções independentes por meio de fossa séptica e a solução por meio de individual sistema de coleta condominial. O projeto Ele assume o sistema de esgotamento sanitário por solução independente, por meio das fossas sépticas e sumidouros. Com relação a drenagem, não existe interferência e não a capacidade de atendimento. Então fica a solução de projeto e projetar com relação à coleta, trazendo dispositivos convencionais como a rede coletora e as bocas de lobo padrão. Com o sistema de amortização através de bacias de retenção, As bacias de retenções, aquelas imagens anteriores onde ficam os EPUs, são os equipamentos públicos urbanos e as pequenas áreas de contribuição. Algumas partes delas serão lançadas direto no corpo hídrico e para isso tem se o estudo total com relação a capacidade de suporte do córrego para segurar esse lançamento, trazendo também medidas mitigadoras para esse tipo de lançamento. Com relação à rede elétrica, como já dito pelo Alexandre, a gente não existe interferência com a rede da concessionária, então a solução do projeto, ela vai desenvolver a questão do abastecimento de acordo em conformidade com as orientações da própria concessionária. O SLU ele não tem. Ele faz coletas hoje em dia aos arredores da região. Então, para ele, não tem impacto significativo um novo parcelamento na região. Então não tem problema, contanto que a gente sempre tome atenção com relação ao dimensionamento das vias de acordo com os manuais oferecidos pela própria concessionária, para que a gente possa oferecer uma área pública onde eles possam fazer essa coleta e que tenha áreas que a gente possa colocar esse lixo para efetivar essa coleta do lixo essa coleta do SLU. E aí eu passo a palavra para o...

01:00:28 João Batista

Da continuidade. Não falta, só serrando. Vamos lá A parte de impactos. Depois, quando nós desenvolvemos todos os estudos na parte do diagnóstico meio físico, socioeconômico, meio biótico e fazemos a compatibilização com a parte de urbanismo e as concepções de estrutura, fazemos uma análise quais são esses impactos e qual as medidas necessárias para mitiga-los. Lembrando que temos impactos tanto positivos, tanto negativos. Então, como eu falei, né? Então, a partir desses levantamentos, nós analisamos o cenário em relação às soluções de infraestrutura e identificamos esses impactos, o nível de significância e as respostas para que possamos minimizar esses impactos e mitiga-los. Então, quanto a síntese de A de avaliação quanto a significância, então temos sempre que buscar prevenir, mitigar, compensar e potencializar. Então, se a prevenção em relação aos métodos construtivos a serem adotados, mitigar, buscar reduzir essas intensidades e compensar e adotar medidas para diminuir essas essas perdas e com o intuito sempre de potencializar para ampliar os benefícios sociais, econômicos e ambientais desse processo. Então, os impactos na parte do meio físico, então nós temos aqui alteração micro climática. Claro que quando ao implementar a mudança, cortar e fazer a supressão de vegetação, então a gente tem uma mudança do clima, a gente aumenta a concentração, obviamente de particulados, pela movimentação das obras, perda de áreas de recarga, contaminação de água subterrânea e surgimento de processos erosivo. Então, para esses impactos, nós temos ações, que é o resumo do que será feito. Então, o que pode ser feito? Projeto urbanístico favoreça a utilização de estratégias passíveis de controle das emissões de fêrias e paisagismo. Com isso. Com espécies nativas. Então. Nos espaços verdes, nas áreas que serão necessárias para a criação de espaços públicos ELUPs e fazer plantio de árvores para que possa diminuir, melhorar os as alterações climáticas e utilização durante uma questão de particulares. Utilizar aspersores durante as fases de obra com objetivo de diminuir a a emissão desses particulados durante a obra A questão da perda de recarga nós vamos criação de recargas induzidas, por exemplo, dentro dos lotes e uma ação que favoreça essa infiltração, principalmente nos canteiros, os canteiros centrais nas laterais, próximo das calçadas, instalação de sistema de abastecimento e esgotamento conforme as normas técnicas para evitar a contaminação do solo e, obviamente, e ter o cuidado durante a fase das obras, com medidas e técnicas para reduzir os processos erosivos. São ações que são desenvolvidas durante a fase de obra e isso acaba. Disciplina e principalmente a disciplina a disciplinar a drenagem pluvial para que a as águas sejam

direcionadas com dissipadores até o lançamento das águas na parte do meio do meio. Biótico Flora alteração da APPs e das faces de proteção. Então assim terá durante a fase de obra, fiscalização rigorosa, visando coibir qualquer supressão desnecessária, principalmente nessas faixas de proteção e na APP. Fragmentação O isolamento de áreas com vegetação Coibir punir a supressão de vegetação nas APPs. Implantar ações voltadas para a conscientização e ambiental, para sensibilização e a. Com a participação do PEA e do PSC e o Programa de Educação Ambiental e o Programa de Comunicação Social, com o objetivo de orientar tanto os trabalhadores, a comunidade afetada e propor projetos de paisagens que sempre incorpore a vegetação, as espécies nativas, a perda de biodiversidade. Então, utilizar espécies nativas não nativos no paisagismo e com projetos de revegetação, além de controlar e monitorar as espécies exóticas invasoras. Então a gente tem lá, por exemplo, braquiária espalhado por toda a região e a introdução é uma invasão de espécies exóticas de flora. Então, implantação de projeto, paisagismo, jardins com espécies nativas do Cerrado. O empreendimento, dotado de ações voltadas para a conscientização e sensibilização. Na fauna, fragmentação e redução de habitat. Então, considerar que as áreas prioritárias para conservação de fauna no projeto. Então existe um corredor que é aquela faixa de proteção quanto ao afugenta e morte de animais. Então, durante a execução do Programa de Monitoramento de Fauna deverá ser feito um um programas de afugenta durante a fase de de a fase das obras e um programa específico para o Lobo Guará e o Tamanduá Bandeira para a gente poder acompanhar acompanhar essa essas duas espécies no mínimo por um uns cinco anos, contados com no início da li, a perda de biodiversidade. Então as áreas prioritárias para conservação de fauna no projeto deve ser deve deve compatibilizar espaços dentro do próprio empreendimento com paisagismo, com espécies nativas e os programas acabam sendo correlatos. Tanto programa de meio físico, meio do biótico, flora com com biótico fauna e o controle coibir a as espécies de faunas exóticas, né na região e o controle de e o programa de vigilância sanitária para o controle de surgimento de doenças zoológicas e ações educativas com a população, principalmente por a região ainda está no processo de expansão. Então para evitar acidentes com espécies peçonhentas e na parte socioeconômica, Então a gente tem aí uma expectativa de geração de aumento da população. Então tem que ser realizar programas de ação e comunicação social de forma para integrar a comunidade. Durante essa fase de planejamento e desenvolvimento de de de trabalhos para sensibilização e busca de envolvimento da comunidade nesse processo e medidas e de dinamização e especulação do mercado imobiliário então claro que o empreendimento desse acaba movimentando toda a região. Então, como medidas surge a adoção de programa de comunicação social para poder estar orientando, integrando a comunidade local, incremento de atividade de comércio e serviços. Então, por meio de programa de comunicação social, o empreendedor, ele pode promover a expansão das suas atividades comerciais para para esse empreendimento que vai estar sendo está sendo implementado mobilização de mão de obra, geração de emprego. Então isso vai gerar um efeito positivo para população. Inserida próximo a esse empreendimento. Então, o programa de comunicação social, ele visa dar suporte na na na seleção e recrutamento a mão de obra através da divulgação de posto de trabalho do que está que eles podem estar oferecendo. Ocorrência de acidentes é um. É uma situação. Então, por isso que temos que buscar fiscalização e cumprimento das normas regulamentadoras. A pressão sobre sendo viário, obviamente, com o aumento da população, então o tanto o empreendimento deve ter a diretrizes, o sistema viário que favoreça o melhor fluxo e programas, sinalização correta nas vias de acesso empreendimento, a sobrecarga do sistema de coleta, tratamento de resíduos sólidos. Então difundir pelo menos as práticas de não geração de de de resíduos e reaproveitamento por meio de programa de gerenciamento de resíduos sólidos e o programa os programas os os principais programas que vão ser desenvolvidos. Então o Programa de monitoramento de Processos erosivos gestão da dinâmica das águas superficiais e subterrâneas, Proteção de resgate de animais, replantio, recomposição da vegetação, Controle de supressão vegetal. Comprar comunidade. Educação ambiental. Criar um canal de comunicação que eu e o PCS Programa de Saúde e

Segurança do Trabalhador na gestão de obra. Então a gente tem aqui gestão de resíduos sólidos, gestão, controle de ruídos e poeira, Programa de Vigilância Sanitária e Programa de Emergência, Resposta de emergência com acidentes influentes. Então assim, diante de todos os levantamentos, nós concluímos na viabilidade do parcelamento. Ele está dentro de uma zona que permite a sua implementação do Plano Diretor, que é compatível com o que foi planejado no Distrito Federal, que já foi aprovado com relação aos aspectos ambientais e, assim, a possibilidade de a gente compatibilizar o empreendimento com atendendo a legislação. Tá. É importante frisar a necessidade da implementação dos planos de controle dos controles ambientais para que se possa acontecer e, obviamente, a implantação de todos os sistemas de infraestrutura necessários para que o empreendimento possa atender a legislação com relação a a parte de estrutura sem drenagem, proteção de APP afugentar mento e resgate está dentro dos programas uma comunicação constante com a com a com a comunidade e atendimento a legislação as condicionantes das das licenças emitidas pelo IBRAM e os demais órgãos de controle. Então, conforme eu coloquei, ele está dentro do ordenamento urbano previsto, federal. É possível implantar infraestrutura que atenda a legislação e as diretrizes das das concessionárias e a questão da proteção ambiental, que é compatibilizar e todas as adoção daqueles programas, proteção das apps em volta do empreendimento e a manutenção do cerrado nativo. Mais uma vez agradeço a participação de todos, da presença do Ibram, de toda a equipe técnica e participou e da comunidade E vamos abrir aqui agora os próximos passos.

01:12:08 Antônio Terra

Ok? Obrigado. A equipe da CADMO pela apresentação do do Estudo Ambiental e agora a gente passa pra terceira etapa, né? Daqui da audiência pública, né? A gente teve a etapa de de introdução com o regulamento da audiência, a apresentação do do estudo ambiental e aí agora a gente passa a discussão do estudo ambiental. Eu vou conduzir a audiência aqui. Desculpe não ter me apresentado. Meu nome é Antônio Terra, sou da assessoria do do Licenciamento Ambiental e vou vou conduzir aqui o restante da nossa audiência pública. A gente tem duas formas de participação aqui da audiência, né? O formulário online para quem estiver assistindo pela transmissão do YouTube. Mas os presentes também podem acessar o formulário e encaminhar se não quiserem fazer o uso da palavra ou então a participação oral aqui durante a audiência. E se tiver algum formulário que já foi encaminhado e pedir para a equipe trazer aqui para mim. E a lista também de fala para se tiver algum escrito, caso alguém não tenha se inscrito ali na lista, mas quiser fazer o uso da da palavra também, fica a vontade. A gente segue a lista e depois vai passando a palavra para os os presentes. Vou só lembrar antes de passar a palavra aqui. E essa audiência a gente tem o procedimento que em até dez dias contados aqui da audiência, qualquer interessado que tenha participado ou não aqui da audiência pode encaminhar pelo e-mail ou pelo formulário. Esse formulário que consta o link no site é do site do Brasil Ambiental e o link também consta na descrição do vídeo do YouTube, que fica disponível no canal do institucional do Ibram no YouTube e lá consta o link para envio do formulário também. E aí essas contribuições que chegam após a audiência, elas são incorporadas para publicação na. Durante a ata completa da audiência. Tem algum formulário? Não tá a lista de a lista de fala Tem algum inscrito? Também Não? Então assim eu vou deixar a palavra aberta aqui para quem quiser se inscrever para participar da franqueada e a palavra para a participação da comunidade. Bom, se a gente não tiver, pode levar o microfone para lá, por favor.

01:15:07 Sra Larissa

Obrigada. Boa noite. Eu sou Larissa, moradora aqui do Jardim Botânico. Eu queria solicitar um esclarecimento aos senhores nas outras audiências públicas, inclusive a gente protocolou na ocasião, em nome da Condema, uma solicitação de esclarecimento que eu sei que isso deve estar vinculado ao

processo. Essas respostas, mas que é uma dúvida, porque o entendimento dos membros da Jardim Botânico, que é em função dos artigos cento e dois cento e três do post, as Comissões de Defesa do Meio Ambiente são agora no caso. Em alguns casos, especialmente quando tem áreas de conexão sustentável, entes de consulta territorial, como entes de consulta territorial. A gente também entende que as condenas do Distrito Federal precisam estar integradas aos processos de comunicação das audiências públicas e de convites e de ser consultadas formalmente dentro dos processos de licenciamento, porque isso está no pedido. Na ocasião, inclusive, as condenas não foram favoráveis pelo entendimento que as deveriam estar vinculado ao cinema e não ao sistema de planejamento. Mas está dessa forma no post. A gente tem insistido nesse assunto e nós vamos continuar que estou falando agora que eu estou falando como nesse momento, como moradora, que eu estou licenciada da da Condema. Mas a gente tem uma preocupação porque não tem eco isso que a gente tem solicitado e nós entendemos que é importante que o Ibram se manifeste sobre entendimento jurídico sobre isso. Obrigada.

01:16:46 Antônio Terra

Boa noite. Boa noite, Larissa. Obrigado pela contribuição. Assim, no âmbito aqui da audiência do procedimento da audiência, a gente até acatando uma uma uma reivindicação que foi feita na audiência passada, a gente encaminhou com mais antecedência para administração regional, que a gente entende que é um parceiro que também atua junto com os condenas e que pode nos ajudar nessa. Nesse encaminhamento, a gente até procurou, a gente viu que tem alguns condenas, que tem a caixinha lá no SEI e aí a gente consegue encaminhar diretamente para eles. Tem assim. Na verdade, acho que são dois. Só que tem que a gente fez uma busca lá, tem alguns condenas, que tem uma página na internet que a gente tem ali, o registro ali formal, que a gente consegue buscar para fazer algum encaminhamento. A gente já botou isso no nosso procedimento e a gente reforçou na Praça administrações regionais do ofício que a gente encaminha para eles, como eles também fazem parte dos condenas para eles encaminharem para os conselhos, tá? Então, assim, no âmbito da audiência, a gente tomou essas providências para até tem uma resposta da audiência passada que a gente está devendo, que veio era, era de vocês também, né? Audiência passada não era. Foi um erro procedimental lá do Ibram que a gente demorou para fazer o encaminhamento para a consultoria estar lá na consultoria. Eles pediram um prazo, até porque a gente encaminhou um pouquinho em cima do prazo dos trinta dias. Acabou extrapolando o prazo dos trinta dias. Eles pediram uma prorrogação desse prazo. Eram bastante demandas ali, complexas. Para eles fazerem os encaminhamentos. Tinha do do Condema e tinha também da de um outro empreendimento próximo ali. A base, né? Então a gente até peço desculpas, mas esse processo está tramitando e a gente vai fazer os encaminhamentos junto com a, colocar na ata completa que é divulgada no site e encaminhar para as pessoas que fizeram as demandas, encaminhar as devolutivas da da empresa e também do IBRAM em relação a essa consulta formal. E desculpa essa consulta de dados como consultiva dentro do processo e se tem assim essa dúvida jurídica. Assim realmente eu teria que estudar que eu não sei te dar nenhuma resposta agora. tá, mas assim, se existe essa dúvida e se existe essa prerrogativa, se vocês pudessem encaminhar formalmente essa demanda pra gente, até a gente submeter lá pro nosso jurídico, para a gente ser orientado em relação a isso, eu te agradeceria, tá? Eu não sei como funciona essa consulta. Eu sei que tem a consulta aos outros conselhos né? O ao COMPLAM né? Dependendo dos casos, tem a comissão que analisa o relatório de Impacto de Vizinhança, quando ele é, quando tem a obrigação de ser, de ser apresentado, que é vinculado lá com a com a SEDUH a comissão tá em relação a parte do dos conselhos de Bacia, a gente tem também alguma, alguns, algumas consultas que a gente faz até que faz parte também dos dos dos conselhos em relação ao com CONDEMA. Eu realmente eu não sei te dizer essa, essa obrigação, mas se vocês puderem protocolar para a gente poder dar andamento nisso, tirar essa dúvida jurídica e aí poder fazer os encaminhamentos que forem tratados pela pela procuradoria, Tá bom? Pode.

01:20:40 Sra Larissa

Olha, de fato, eu realmente agradeço o esforço de vocês e essa sua resposta é exatamente o que as demais no Distrito Federal vem reclamando há muito tempo. E do ponto de vista da falta de institucionalização da porque isso ficou dependendo das diversas administrações regionais, cada um tratou de uma forma, mas hoje existe uma representação dos do Grupo Geral de Condemas Eleitas e que tem sido acionada na comunicação formal com a cena, com com os entes, porque ela foi são, são entes que foram, que representam diferentes grupos de Condena do DF, que foram criados de forma informal para que as demandas sejam de fato canalizadas. Então a gente vai passar essas informações, solicitar, porque essa abertura de diálogo e essa possibilidade de vocês, de realmente a gente estudar. Isso porque há dúvidas jurídicas sobre uma série de questões aí e que precisam ser enfrentadas para que isso funcione, né? A gente vai passar as informações. A data também faz parte da nossa, da nossa condenada aqui e que realmente é uma forma de que haja uma participação mais efetiva, porque as condenas. Tem muitas delas, tem muita qualidade técnica que pode apoiar o processo de análise. Obrigada. Boa noite, viu?

01:22:15 Antônio Terra

É assim pra gente a audiência, não só a audiência, mas o processo de licenciamento. Ele sempre é aberto pra isso, né? Até a nova lei de licenciamento ela já traz outros mecanismos também de participação, além da audiência da audiência, a consulta pública e as reuniões técnicas também, né, que são outros instrumentos que entram de forma formal dentro do processo de licenciamento para justamente trazer essa, essa participação e essa contribuição. Então assim, só se quiser depois pegar o meu contato também. Quando vocês encaminharem me passar para a gente poder acompanhá-la dentro da tramitação lá do Ibram também tá bom. É bom deixar a palavra aberta E se mais alguém quiser fazer suas contribuições aí durante a audiência. Tem algum formulário? Só me avisa se tiver alguém, tá? Bom? Eu vou passar só alguns recados aqui da audiência e aí depois eu franqueou a palavra de novo aqui. Então assim a gente tem essa questão do prazo aí dos dez dias para as contribuições e todas as audiências aqui do Ibram, elas ficam disponíveis lá no canal do YouTube, No site. Como a Natália falou, a gente tem uma uma limitação agora em relação a divulgação, mas todas as informações tem um link lá específico dessa audiência, com todos os estudos, o regulamento, todas as a documentação obrigatória que deve constar lá no site do Ibram em relação a audiência, tá? E lembrar também assim a audiência a gente ela ocorre a medida que o Ibram recebe o estudo ambiental e, vamos dizer assim, aceita aquele estudo não como uma análise, mas a entrega do estudo. O estudo é submetido aqui, as audiências públicas naqueles licenciamentos em que ela é obrigatória e. E essas contribuições são passadas para a equipe do Ibram, que inclusive acompanha, que está aqui acompanhando presencialmente a audiência e que também recebe depois os encaminhamentos da audiência. Formalmente, dentro do processo do SEI que entram como as contribuições que eles vão utilizar durante a análise do do processo de licenciamento. Tá bom é deixar franqueado a palavra aí. Se mais alguém quiser fazer alguma manifestação, alguma contribuição, tiver alguma dúvida que sobre a audiência ou sobre o estudo ambiental, o pessoal aqui da consultoria também. Se quiser fazer algum algum esclarecimento adicional de alguma questão ali que não ficou e não teve muito tempo ali de de passar durante a apresentação.

A gente sabe que o estudo é, é longo e complexo e às vezes pode ter alguma questão também, que é tenha passado mais rápido ou não, não possa ter sido abarcado ali no na hora da apresentação. Bom gente, se não, não temos mais contribuições aqui. Eu vou então passar para a etapa aqui de finalização da nossa audiência, nossa audiência pública aqui no dia onze de agosto de dois mil e vinte e seis, referente ao processo de Licenciamento ambiental 00391-00015135/2021-10. O empreendimento Parcelamento de Solo Morada do Sol, localizado na Fazenda Santa Bárbara, na região Administrativa do Jardim Botânico.

O tipo de licença é licença prévia. Tipo de atividade Parcelamento de solo urbano Interessado. Empreendedor, Empreendimento imobiliário, Morada do Sol e a empresa responsável pela elaboração do estudo é a CADMO Engenharia Limitada. Então queria agradecer a todos aqui pela presença, pela participação, a todos que vão assistir também e contribuir com a audiência e posteriormente vendo a audiência no canal do YouTube. Agradecer aí o pessoal do apoio ao pessoal do Ibram que esteve presente toda a comunidade aí que participou da audiência. Obrigado.

01:26:40 FINAL